

FONTE : FSP

CLASS. : 68

DATA : 03 02 91

PG. : A-6

LETRAS JURÍDICAS

Quando acontecer com o Brasil

WALTER CENEVIVA

Da equipe de articulistas

A contar das idéias de Norberto Bobbio sobre a guerra justa inventarei fatos impossíveis de acontecer para viabilizar este comentário sobre Direito Internacional. Imaginemos que as nações mais ricas do mundo se convençam de que é necessário controlar diretamente certas riquezas naturais existentes, digamos, no sub-solo amazônico.

Por essas razões ou por qualquer outra que seja da conveniência direta das nações mais poderosas do planeta — sempre atentas em prever futuros interesses geopolíticos — imaginemos, ainda, que uma delas (ou algumas, tanto faz) decidam que é conveniente controlar a planície e a floresta amazônica.

No quadro imaginário, logo se recordará que o Brasil é um país politicamente independente, protegido por regras e tratados que garantem sua soberania, a qual, aliás, é o primeiro dos fundamentos essenciais previstos no primeiro artigo da Constituição. O mundo reconhecerá que promover pura e simplesmente a dominação do território brasileiro pela simples força das armas, embora possível, não fica bem. Será necessário criar o clima para a ação adequada, cujos fins verdadeiros não poderão aparecer. Ou seja, em caso de ação militar, seria inviável admitir que se tratasse de uma "guerra justa".

Solto as rédeas da imaginação. Invento alternativas. O Brasil é um país de irresponsáveis, que se esbaldam nas festas carnavalescas, que custam milhões, enquanto os credores externos se vêm ameaçados de falência, sem receberem sequer os juros da dívida externa. No Brasil, por outro lado, uma das reservas raciais mais antigas — a dos ianomami — está sendo dizimada por garimpeiros e ricos latifundiários. É urgente acabar com o crime nefando, para o qual os sucessivos governos brasileiros têm feito ouvidos de mercador. Além de tudo, o Brasil tem queimado irresponsavelmente a maior floresta tropical do mundo.

A grande imprensa mundial referirá boatos de que os governantes aqui ou são ladrões, ou são bichas ou são cornos, ou são todas as três coisas ao mesmo tempo (é preciso reconhecer que os brasileiros vivem espalhando tais boatos).

As grandes nações se reunirão. Solenemente resolverão, que para o bem da humanidade, é imprescindível e urgente tirar o Brasil de sua irresponsabilidade e salvar a vida do homem — atuando, portanto, a benefício dos próprios brasileiros — sobre a Terra. A ONU decidirá que uma força internacional neutra deve controlar a Amazônia, em caráter permanente.

O Brasil poderá alegar que a Carta das Nações Unidas deter-

mina no inciso primeiro de seu artigo primeiro que a Organização está voltada para a manutenção da paz, agindo de conformidade com os princípios do direito internacional e da justiça. Afirmará, ainda, estar amparado pelo inciso sétimo do artigo segundo, segundo o qual nenhum dispositivo da Carta autoriza as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigarem os membros a submeterem tais assuntos a soluções internacionais.

Talvez o Brasil recorra à Corte Internacional de Justiça competente para todas as controvérsias jurídicas entre Estados, sobre a interpretação dos tratados e até a existência de fatos que violem compromissos internacionais.

Será perda de tempo. Tudo se resumirá, ao fim, na força do ocasional dominador, provido de maravilhas eletrônicas, naquilo que o "Wall Street Journal" chamou (ao tratar das bombas lançadas sobre o Iraque) "principalmente de uma exibição de competência".

Mas, em verdade, a hipótese que configurei é impossível de acontecer e nada tem a ver, por exemplo, com o conflito do Kuwait, já que o Brasil não anexou qualquer país vizinho. Vamos esquecê-la. Depois do pacote, a guerra do bolso é mais premente que a guerra do Golfo.